

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO

90011/2026

CONTRATANTE (UASG)

980147 – Prefeitura Municipal de Tarauacá/AC

OBJETO

contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob o regime de registro de preços, de medicamentos de uso comum e medicamentos de controle especial, destinados à manutenção do estoque da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tarauacá/AC, visando assegurar a oferta contínua, regular e oportuna de tratamentos farmacológicos à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas oficiais.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 39.587.444,20

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 27/05/2026 às 10:30h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço por LOTE

MODO DE DISPUTA:

aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4. <i>DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO</i>	5
5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES .	9
8. DA FASE DE JULGAMENTO	12
9. DA FASE DE HABILITAÇÃO	14
10. DO TERMO DE CONTRATO.....	16
11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	18
12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	18
13. DOS RECURSOS	19
14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	20
15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	22
16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	22

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90011/2026 (Processo Administrativo nº 2.281/2026)

Torna-se público que o(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, por meio do(a) Comissão Permanente de Licitações - CPL, sediado(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, Tarauacá, AC, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é o Registro de Preços para futura e eventual Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob o regime de registro de preços, de medicamentos de uso comum e medicamentos de controle especial, destinados à manutenção do estoque da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tarauacá/AC, visando assegurar a oferta contínua, regular e oportuna de tratamentos farmacológicos à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas oficiais, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. *A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.*

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Nos Lotes: 01 (itens nº 04, 05, 06, 07, 08, 09, 13, 24, 25, 28, 35, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 62, 63, 64, 67, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 89, 93, 98, 101, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 120, 121 e 122), 02 (itens nº 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150 e 151), 03 (itens nº 152, 153, 154, 155, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 178, 179, 180, 181, 183, 185, 186) e 04 (item nº 188), a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO

4.1. *O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.*

4.2. *Para fins do disposto no item anterior, o orçamento estimado para a contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas.*

4.3. *O caráter sigiloso do orçamento estimado para a contratação não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.*

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.12.1 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

- 5.8.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4 ou 5.7 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
- 5.13.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
- 5.13.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
- 5.14.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
- 5.14.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 6.1.1 *valor unitário do item;*
- 6.1.2 *marca;*
- 6.1.3 *fabricante e/ou tipo / espécie;*

Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1 No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. *Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.*

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **de R\$ 0,01 (um centavo)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.18. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei 14133/21.

7.18.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.18.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.19.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto n.º 8538, de 2015).

7.19.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.19.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.19.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.19.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.19.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.19.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.21. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

7.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.21.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.21.2.2. empresas brasileiras;

7.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.22. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.23. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.23.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.23.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.23.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.23.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo **de 3 (três) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.23.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.24. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.7. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. **No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.**

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

8.11.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

8.11.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*

8.11.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

8.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.13. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.14. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.14.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.14.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual de 10% a 30 %, salvo se houver justificativa nos autos para suprimir esse acréscimo para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

- 9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia digitalizada.
- 9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.10.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 9.11.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 9.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
- 9.12.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 9.12.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 9.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
- 9.13.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- 9.13.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.
- 9.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

9.14.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.14.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.12.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 30 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 15 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 30 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. *O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:*

10.4.1 *referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;*

10.4.2 *a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;*

10.4.3 *a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.*

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \left(\frac{6}{100} \right) \quad I = 0,00016438 \quad TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$

TX = Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA

10.9. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico– financeiro, quando for o caso, será de até um mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos Arts. 124 a 136, da Lei 14.133/21.

10.10. Do Reajuste de Preços

10.10.1 Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

10.10.2 Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, utilizando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

10.10.3 O reajuste será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \left(\frac{I_1}{I_0} - 1 \right)$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual vigente;

I_1 = índice IPCA referente ao mês do reajuste;

I_0 = índice IPCA referente ao mês base (data do orçamento estimado).

10.11. O reajuste será aplicado mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico: <https://www.tarauaca.ac.gov.br/licitacoes> e [Portal das Licitações:: TCE-AC](https://portal.tce-ac.org).

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: contratacoestk@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico contratacoestk@gmail.com, <https://externo.tceac.tc.br/portaldaslicitacoes/menu/>

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 *Anexo II – Minuta de Ata de Registro de Preços;*

16.11.3 *Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;*

Tarauacá/AC, 11 de maio de 2026

Jorge da Mata Coelho
Agente de Contratação/Pregoeiro
Decreto nº 117/2025

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o **fornecimento, sob o regime de registro de preços**, de medicamentos de uso comum e medicamentos de controle especial, destinados à manutenção do estoque da **Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tarauacá/AC**, visando assegurar a oferta contínua, regular e oportuna de tratamentos farmacológicos à população usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), em conformidade com os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas oficiais, conforme especificações técnicas, códigos CATMAT e quantitativos estimados constantes neste documento.

2. FUNDAMENTO LEGAL

O presente procedimento licitatório observará integralmente as disposições da seguinte legislação e normas regulamentares aplicáveis:

- Lei Federal nº 14.133/2021 — Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- Decreto Federal nº 11.462/2023 — Regulamenta o Sistema de Registro de Preços nos termos da Lei nº 14.133/2021;
- Decreto Municipal nº 129/2023 — Dispõe sobre a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Tarauacá/AC;
- Lei nº 8.078/1990 — Código de Defesa do Consumidor, no que couber;
- Lei Complementar nº 123/2006 — Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- Lei nº 6.360/1976 — Dispõe sobre a vigilância sanitária aplicável a medicamentos, fármacos e insumos farmacêuticos;
- Resolução RDC nº 44/2009 — ANVISA — Boas Práticas Farmacêuticas para controle e comercialização de medicamentos;
- Resolução RDC nº 497/2021 — ANVISA — Boas Práticas de Distribuição, Armazenagem e Transporte de Medicamentos;
- Resolução RDC nº 751/2022 — ANVISA — Classificação e registro de medicamentos;
- Portaria SVS/MS nº 344/1998 e atualizações — Regulamenta medicamentos sujeitos a controle especial;
- Lei nº 3.820/1960, art. 15, §1º — Exige inscrição da empresa no Conselho Regional de Farmácia (CRF);

- Resolução CFF nº 596/2014 — Responsabilidade técnica e atribuições do farmacêutico;
- Resolução CFF nº 640/2017 — Obrigatoriedade da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) para empresas que atuam no ciclo de medicamentos;
- Demais normas legais, sanitárias e regulamentares aplicáveis à aquisição, distribuição e dispensação de medicamentos.

3. MODALIDADE E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1 Modalidade

A presente contratação será realizada na modalidade **Pregão Eletrônico**, na forma do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, conforme previsto nos arts. 28, inciso II; 32, inciso II; e 82 da Lei nº 14.133/2021, e no Decreto Federal nº 11.462/2023.

3.2 Critério de Julgamento

O critério de julgamento adotado será o de **menor preço por LOTE**, nos termos do art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências do edital quanto às especificações do objeto e às condições de habilitação.

4. DA NATUREZA DO OBJETO

Os bens abrangidos por este objeto são caracterizados como **bens comuns**, com especificações técnicas e características amplamente disponíveis no mercado, em conformidade com o art. 46 do Decreto Municipal nº 129/2023.

O objeto está alinhado ao entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.287/2008 — Plenário), segundo o qual bem comum é aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Os medicamentos objeto deste processo seguem normas técnicas, farmacêuticas e regulatórias amplamente consolidadas no mercado nacional, o que permite a definição clara e objetiva de suas especificações, unidades de fornecimento e padrões mínimos de qualidade. Não se caracterizam como itens de luxo ou de aquisição discricionária, sendo **bens essenciais à saúde pública**, fundamentais para o atendimento das políticas de assistência farmacêutica, da atenção básica à saúde e do controle de doenças crônicas no âmbito do SUS.

5. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

5.1 Medicamentos de Uso Comum

A presente contratação visa atender à demanda contínua e crescente por medicamentos de uso comum, essenciais ao funcionamento regular da rede municipal de saúde de Tarauacá/AC. Esses medicamentos são amplamente utilizados no tratamento de doenças respiratórias, cardiovasculares, infecciosas, metabólicas e crônicas, compondo a base da farmacoterapia da atenção primária e garantindo suporte aos programas de saúde pública municipais.

A irregularidade no fornecimento compromete diretamente a adesão ao tratamento prescrito, podendo ocasionar descompensações clínicas, agravamento de quadros de saúde, internações evitáveis, sobrecarga nos serviços de urgência e emergência, além de ações judiciais para garantir o fornecimento individualizado, gerando ônus adicional aos cofres públicos.

O acesso regular e gratuito aos medicamentos essenciais está diretamente vinculado aos princípios constitucionais do SUS — universalidade, integralidade, equidade e continuidade do cuidado —, conforme estabelece o **art. 196 da Constituição Federal**:

"A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação."

A maioria dos itens listados integra a **Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME)**, padronizada pelas Secretarias de Saúde e distribuída gratuitamente no âmbito da Farmácia Básica, conforme diretrizes do Componente Básico da Assistência Farmacêutica.

O Município de Tarauacá não possui atualmente licitação vigente que contemple especificamente os itens ora demandados, sendo necessária a instrução do presente processo licitatório para assegurar a previsibilidade no abastecimento, o atendimento ininterrupto e a economicidade na aquisição pública.

A aquisição de medicamentos é imprescindível para garantir a continuidade da assistência farmacêutica no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) municipal, assegurando o acesso da população de Tarauacá/AC aos insumos terapêuticos necessários ao tratamento de doenças agudas e crônicas atendidas pela rede pública de saúde.

A presente contratação decorre da necessidade identificada no Documento de Formalização da Demanda (DFD) e no Estudo Técnico Preliminar (ETP), os quais atestam a insuficiência do estoque atual e a

impossibilidade de atendimento pela via de doações ou transferências intergovernamentais no volume necessário.

5.2 Medicamentos de Controle Especial

A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Farmácia Básica, é responsável por garantir o fornecimento regular e seguro de medicamentos de controle especial, indispensáveis ao tratamento de pacientes com transtornos mentais, epilepsia, distúrbios neurológicos, dores crônicas, dependência química e outras condições clínicas que demandam uso contínuo. Esses medicamentos são regulamentados pela **Portaria SVS/MS nº 344/1998** e demais normas sanitárias da ANVISA, exigindo rigor técnico em sua aquisição, armazenamento e dispensação.

A ausência ou desabastecimento desses insumos compromete não apenas a adesão terapêutica dos pacientes, como também pode resultar em internações evitáveis, agravamento clínico e riscos sociais e familiares decorrentes da interrupção de tratamento, com potencial geração de responsabilização da Administração Pública por omissão no cumprimento de sua função essencial.

6. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Será adotado o **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, considerando a conveniência da aquisição, sob demanda, de medicamentos de uso comum e de controle especial, conforme as necessidades do órgão, em atendimento ao Capítulo IV, Seção I do Decreto Municipal nº 129/2023. O uso do SRP é amparado legalmente pelos arts. 6º (incisos XLV e XLVI), 40, inciso II; 78, inciso IV; e 82 da Lei nº 14.133/2021.

As principais vantagens que justificam a adoção do SRP neste processo são:

- Flexibilidade na gestão das aquisições, permitindo requisições conforme demanda efetiva, sem obrigatoriedade de contratação imediata;
- Adequação às disponibilidades orçamentárias e financeiras, exigindo dotação apenas no momento da contratação efetiva;
- Redução do número de processos licitatórios, considerando que a Ata de Registro de Preços não está adstrita à vigência dos créditos orçamentários;
- Atendimento ao princípio da economia de escala, possibilitando aquisições com preços mais vantajosos para a Administração;
- Possibilidade de licitação sem empenho imediato, garantindo maior flexibilidade na execução orçamentária.

7. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

7.1 Requisitos de Participação

Poderão participar deste Pregão as empresas interessadas que estiverem previamente credenciadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) e no sítio www.gov.br/compras, devendo dispor de chave de identificação e senha pessoal para acesso ao sistema eletrônico.

7.2 Vedações à Participação

Não poderão participar deste Pregão:

- Consórcios, grupos de empresas, cooperativas ou associações;
- Agente público do órgão ou entidade contratante, ou quem possa configurar conflito de interesses, nos termos do §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021;
- Pessoa física ou jurídica condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, submissão de trabalhadores a condições análogas à escravidão ou contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- Pessoa física ou jurídica que, ao tempo da licitação, esteja impossibilitada de participar em decorrência de sanção administrativa;
- Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- Empresas em processo de falência ou liquidação, exceto quando houver plano de recuperação judicial aprovado e homologado e demonstrada capacidade econômica de execução (Acórdão TCU nº 1201/2020 — Plenário).

8. ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

A Secretaria Municipal de Saúde apresenta, neste Termo de Referência, a estimativa de quantitativos de medicamentos a serem registrados. As descrições técnicas observam, preferencialmente, o **Catálogo de Materiais (CATMAT) do Portal Comprasnet**, assegurando padronização, precisão técnica e clareza na identificação dos produtos.

Ressalta-se que a utilização do SRP não impõe à Administração a obrigatoriedade de aquisição integral dos quantitativos registrados. As estimativas foram definidas com base em levantamentos técnicos, dados históricos de consumo da Farmácia Básica e projeções de demanda futura, atendendo ao art. 18, inciso I e §1º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

Lote 1 – Medicamentos do Componente Básico (itens 1 a 125)

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
1	Ácido Ascórbico 200mg/ml		Solução oral		300.000

2	Acebrofilina 10 mg/mL frasco com 120 mL + copo-medida		xarope		9.320
3	Acebrofilina 5 mg/mL frasco com 120 mL + copo-medida		xarope		25.100
4	Aciclovir 200 mg		Comprimido		28.100
5	Antiviral Aciclovir 50mg/g bisnagas com 10g creme		Creme		9.400
6	Ácido acetilsalicílico 100 mg		Comprimido		928.000
7	Ácido fólico 5 mg		Comprimido		63.000
8	Ácido folínico 15 mg		Comprimido		927.000
9	Água para injeção 10 mL		Solução injetável		55.000
10	Albendazol 400 mg		Comprimido		155.000
11	Albendazol 40 mg/mL		Suspensão oral		49.000
12	Alendronato de sódio 70 mg		Comprimido		60.000
13	Alopurinol 300 mg		Comprimido		93.500
14	Amoxicilina 500 mg		Cápsula		382.000
15	Amoxicilina 250 mg/5mL		Suspensão oral		25.000
16	Amoxicilina +clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg		Comprimido		62.200
17	Amoxicilina +clavulanato de potássio 50 mg/mL + 12,5 mg/mL		Suspensão oral		7.000,00
18	Ampicilina 500 mg		Comprimido		382.000
19	Ampicilina 250 mg/5ml		Suspensão oral		26.000
20	Azitromicina 500 mg		Comprimido		240.000
21	Azitromicina 40 mg/mL		Pó para suspensão oral		29.000
22	Benzilpenicilina benzatina 600.000UI		Pó para suspensão injetável		13.000
23	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI Pó para		suspensão injetável		10.000
24	Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica 300.000UI + 100.000UI		Pó para suspensão injetável		7.000
25	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/mL		Solução para inalação		5.000
26	Benzoato de benzila 25%		Emulsão tópica		55.000

27	Butilbrometo de escopolamina + Dipirona 10 mg + 250 mg		Comprimido		340.000
28	Bromoprida 4mg/ml		Solução Oral		4.000
29	Carbonato de cálcio + colecalciferol 1.500 mg (600 mg de cálcio+400UI)		Comprimido		230.000
30	Carbonato de cálcio 500 mg		comprimido		230.000
31	Carbocisteína xarope adulto		frasco		28.500
32	Carbocisteína xarope infantil		frasco		28.500
33	Cefalexina 500 mg		Comprimido		350.000
34	Cefalexina 50 mg/mL		Suspensão oral		9.000
35	Ceftriaxona 500 mg		Pó para suspensão injetável		6.000
36	Ceftriaxona 1g		Pó para suspensão injetável		13.500
37	Cetoconazol 200 mg		Comprimido		160.000
38	Cetoconazol 20 mg/g		Creme		40.000
39	Cetoconazol 20mg/ml		Shampoo		16,000
40	Cinarizina 75 mg		Comprimido		100.000
41	Ciprofloxacino 500 mg		Comprimido		160.000
42	Complexo B (polivitamínico do complexo B)		Comprimido		1.860.000
43	Complexo B (polivitamínico do complexo B) frasco com 100 mL Xarope		Xarope		38.000
44	Complexo B		Injetável		5.000
45	Claritromicina 500 mg		Comprimido		8.000
46	Cloreto de sódio 0,9% (9 mg/mL)		Solução nasal		8.000
47	Cloreto de sódio 0,9% (0,154 mEq/mL)		Solução injetável		50.000
48	Cloridrato de Ambroxol 3 mg/mL frasco com 120mL + copo-medida		Xarope		19.200
49	Cloridrato de Ambroxol 6 mg/mL frasco com 120mL + copo-medida		Xarope		19.000

50	Cloridrato de lidocaína 20mg/mL (2%)		Solução injetável		4.000
51	Cloridrato de lidocaína 20mg/g (2%)		Gel		2.000
52	Cloridrato de metoclopramida 10 mg		Comprimido		97.000
53	Cloridrato de metoclopramida 4mg/mL		Solução oral		55.000
54	Cloridrato de metoclopramida 5mg/mL		Solução injetável		5.000
55	Cloridrato de prometazina 25 mg		Comprimido		33.000
56	Cloridrato de tiamina 300 mg		Comprimido		100.000,00
57	Dexametasona (fosfato dissódico) 4mg/mL		Solução injetável		5.000
58	Dexametasona 1 mg/g (0,1%)		Creme		10.000
59	Dexametasona 4 mg		Comprimido		1.880.000
60	Dexametasona 0,1 mg/mL		Elixir		10.000
61	Dexametasona 1mg/mL (0,1%) (colírio)		Suspensão oftálmica		20.000
62	Diclofenaco sódico 50 mg		Comprimido		480.000
63	Diclofenaco sódico 75 mg/mL		Solução injetável		6.000
64	Diclofenaco Pótassio 50 mg		Comprimido		480.000
65	Dimenidrinato 50mg + cloridrato de piridoxina 10mg		Comprimido		100.000
66	Dipirona 500 mg		Comprimido		780.000
67	Dipirona 500 mg/mL		Solução injetável		5.000
68	Dipirona 500 mg/mL		Solução oral		44.000
69	Dipropionato de beclometasona 200 microgramas/dose		Solução para inalação oral		5.000
70	Fluconazol 150 mg		Cápsula		403.000
71	Hidróxido de alumínio 300 mg		Comprimido		400.000
72	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/mL		Suspensão oral		20.000
73	Hidróxido de alumínio + magnésio + simeticona 153mg+200mg+25mg		Comprimido mastigável		400.000

74	Ibuprofeno 300 mg		Comprimido		290.000
75	Ibuprofeno 600 mg		Comprimido		280.000
76	Ibuprofeno 50 mg/mL		Suspensão oral		34.000
77	Itraconazol 100 mg		Cápsula		200.000
78	Ivermectina 6 mg		Comprimido		41.000
79	Lactulose 667 mg/mL frasco com 100ml		Xarope		7.000
80	Lidocaína, cloridrato 2% gel 30g		Tubo		3.000
81	Loratadina 10 mg		Comprimido		76.000
82	Loratadina 1 mg/mL		Xarope		9.400
83	Vitamina de AZ(suplemento vitamínico/ mineral de AZ) (rico em acido folico de AZ)		Comprimido		200.000
84	Maleato de dexclorfeniramina 2mg		Comprimido		250.000
85	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/mL		Xarope		19.000
86	Mebendazol 100 mg		Comprimido		155.000
87	Mebendazol 20mg/mL (2%) frasco com 30mL + copo-medidor		Suspensão oral		50.000
88	Metronidazol 250 mg		Comprimido		380.000
89	Metronidazol 40 mg/mL		Suspensão oral		5.000
90	Metronidazol 100 mg/g (10%)		Gel vaginal		13.000
91	Nitrofurantoína 100mg		Comprimido		170.000
92	Nimesulida 100 mg		Comprimido		618.000
93	Nimesulida 50mg/mL		Solução oral		25.000
94	Nistatina 100.000 UI/mL		Suspensão oral		20.000
95	Nistatina 100.000/4g 60g		Creme vaginal		7.000
96	Nitrato de miconazol 2% (20 mg/g)		Creme vaginal		7.000
97	Norfloxacino 500mg		Comprimido		170.000
98	Óleo mineral		Óleo para uso oral		6.000
99	Omeprazol 20 mg		Cápsula		780.000
100	Paracetamol 200 mg/mL		Solução oral		56.000

101	Paracetamol 500 mg		Comprimido		650.000
102	Pasta d'água 80 g		Frasco		2.000
103	Permanganato de potássio 100mg		Para uso tópico/Envelope		20.000
104	Permetrina 10 mg/mL (1%)		Loção		20.000
105	Piroxicam 20 mg		Comprimido		300.000
106	Prednisolona (fosfato sódico) 1mg/mL		Solução oral		10.000
107	Prednisona 5 mg		Comprimido		297.000
108	Prednisona 20 mg		Comprimido		143.000
109	Sais para reidratação oral		Pó para solução oral		28.000
110	Secnidazol 1g		Comprimido		7.000
111	Simeticona 75 mg/mL		Solução oral		19.000
112	Simeticona 40 mg		Comprimido		93.000
113	Sinvastatina 20 mg		Comprimido		83.000
114	Sinvastatina 40 mg		Comprimido		83.000
115	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%)		Creme		11.000
116	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg		Comprimido		260.000
117	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg/mL + 8mg/mL		Suspensão oral		9.300
118	Sulfato de neomicina + bacitracina 5mg/g + 250 U.I./g		Pomada		21.000
119	Sulfato de salbutamol 100 mcg/dose		Aerossol oral		9.300
120	Sulfato de salbutamol spray 100mcg		Aerossol		2.000
121	Sulfato ferroso 40 mg		Comprimido		649.000
122	Sulfato ferroso 25 mg/mL		Solução oral		44.000
123	Sulfato ferroso 5 mg/mL		Xarope		20.000
124	Vitamina C 500 mg (ácido ascórbico)		Comprimido		617.000
125	Vitamina C 200 mg/mL (ácido ascórbico)		Solução oral		42.000

Lote 2 – Básico: Hipertensão e Diabetes (itens 126 a 151)

Medicamentos do componente Básico da Assistência Farmacêutica - Hipertensão e Diabetes					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMA T	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
126	Atenolol 25 mg		Comprimido		514.000
127	Atenolol 50 mg		Comprimido		2.800,000
128	Atenolol 100 mg		Comprimido		2.800.000
129	Besilato de Anlodipino 5 mg		Comprimido		257.000,00
130	Besilato de Anlodipino 10 mg		Comprimido		257.000
131	Captopril 25 mg		Comprimido		1.545.000
132	Carvedilol 3,125 mg		Comprimido		93.000
133	Carvedilol 12,5 mg		Comprimido		93.000
134	Cloridrato de propranolol 40 mg		Comprimido		155.000
135	Cloridrato de metformina 500 mg		Comprimido		390.000
136	Cloridrato de metformina 850 mg		Comprimido		464.000
137	Digoxina 0,25 mg		Comprimido		93.000
138	Espironolactona 25 mg		Comprimido		13.000
139	Espironolactona 100 mg		Comprimido		10.000
140	Furosemida 40 mg		Comprimido		174.000
141	Gliclazida 30 mg		Comprimido		50.000
142	Gliclazida 60 mg		Comprimido		2.472.000
143	Glibenclamida 5mg		Comprimido		835.000,00
144	Hidroclorotiazida 25 mg		Comprimido		2.781.000
145	Losartana potássica 50 mg		Comprimido		6.180,000
146	Maleato de enalapril 5 mg		Comprimido		380.000
147	Maleato de enalapril 10 mg		Comprimido		380.000
148	Maleato de enalapril 20 mg		Comprimido		380.000
149	Metildopa 250 mg		Comprimido		19.000
150	Metildopa 500 mg		Comprimido		10.000
151	Nifedipino 10 mg		Comprimido		124.000

Lote 3 – Básico: Controle Especial (itens 152 a 186)

Medicamentos do componente Básico da Assistência Farmacêutica - Controle Especial					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
152	Ácido valproico (valproato de sódio) 250 mg		Comprimido		10.000
153	Ácido valproico (valproato de sódio) 500 mg		Comprimido		50.000
154	Ácido valproico (valproato de sódio) 50 mg/mL		Xarope		20.000
155	Alprazolam 1mg		Comprimido		98.000
156	Carbamazepina 200 mg		Comprimido		124.000
156	Carbamazepina 400 mg		Comprimido		50.000
158	Carbamazepina 20 mg/mL		Suspensão oral		20.000
159	Carbonato de lítio 300 mg		Comprimido		98.000
160	Cloridrato de amitriptilina 25 mg		Comprimido		154.000
156	Cloridrato de Sertralina 50mg		Comprimido		115.000
162	Cloridrato de Sertralina 100mg		Comprimido		62.000
163	Cloridrato de biperideno 2 mg		Comprimido		50.000
164	Cloridrato De Tramadol 50mg		Comprimido		31.000
165	Cloridrato de clomipramina 25 mg		Comprimido		4.000
166	Cloridrato de Clomipramina 75mg		Comprimido		7.000
167	Clonazepam 0,5 mg		Comprimido		93.000
168	Clonazepam 2 mg		Comprimido		180.000
169	Clonazepam 2,5 mg/mL		Solução oral		7.000
170	Cloridrato de clorpromazina 25 mg		Comprimido		9.500
171	Cloridrato de clorpromazina 100 mg		Comprimido		6.500

172	Cloridrato de fluoxetina 20 mg		Comprimido		113.000
173	Diazepam 5 mg/mL		Solução injetável		30.000
174	Diazepam 5 mg		<u>Comprimido</u>		62.000
175	Diazepam 10 mg		Comprimido		119.000
176	Fenobarbital 100 mg		Comprimido		174.000
177	Fenobarbital 40 mg/mL		Comprimido		10.000
178	Fenitoína 100mg		Solução oral		31.000
179	Haloperidol 1 mg		Comprimido		30.000
180	Haloperidol 5 mg		Comprimido		16.000
181	Haloperidol 2mg/mL		Comprimido		4.000
182	Haloperidol 50 mg/ml		Solução oral		93.000
183	Paracetamol 500mg + fosfato de codeína 30mg		Injetável		10.000
184	Risperidona 1 mg/mL		Comprimido		20.000

Medicamentos do componente Estratégico da Assistência Farmacêutica					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
185	Ácido tranexâmico 250 mg		Comprimido		10.000
186	Doxiciclina 100 mg		Comprimido		103.000

Lote 4 – Insumos para Diabetes (itens 187 a 189)

INSUMOS PARA DIABETES DO COMPONENTE BÁSICO					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
187	Glicosímetro		Unidade		100.00
188	Seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina		Unidade		100.00
189	Tiras de reagente de medida de glicemia capilar		Unidade		100.000
VALOR TOTAL R\$					

8.1 REQUISITOS TÉCNICOS OBRIGATÓRIOS

- **Registro ativo na ANVISA**, Todos os medicamentos devem possuir
- **12 (doze) meses** Prazo de validade mínimo de
- a contar da data de entrega;
- Embalagem original do fabricante, íntegra, com lote, data de fabricação e validade impressos;
- Bula em língua portuguesa, conforme exigência da ANVISA;

Nota Fiscal com discriminação da substância ativa, concentração, forma farmacêutica e número de registro ANVISA, Para medicamentos controlados:

- acompanhada de receituário específico quando exigido;
- Rotulagem em conformidade com a RDC ANVISA vigente;
- Temperatura de armazenamento e transporte conforme indicação do fabricante e resolução RDC nº 304/2019

9. EXCLUSIVIDADE / BENEFÍCIO ME E EPP

Não aplicável em virtude do valor estimado da contratação, conforme estabelece o inciso I do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

As propostas de preços deverão observar os seguintes requisitos:

- Valores expressos em reais (R\$), com duas casas decimais, indicando a marca comercial e o número de registro sanitário válido na ANVISA para cada item ofertado;
- Prazo de validade mínimo de 60 (sessenta) dias, contados da data da sessão pública;
- Os preços deverão incluir todos os encargos e custos incidentes: logísticos, tributários, administrativos, sanitários e de transporte até a sede da Secretaria Municipal de Saúde;
- Serão desclassificadas as propostas manifestamente inexequíveis — em especial aquelas com valores unitários inferiores a 50% do estimado — caso o licitante não comprove a exequibilidade, nos termos do art. 59, §2º da Lei nº 14.133/2021;
- Também poderão ser desclassificadas propostas com valores manifestamente superiores ao estimado, caracterizando sobrepreço, mediante análise crítica motivada;

- Os preços deverão ser cotados exclusivamente em moeda nacional; em caso de divergência entre valores unitários e total, prevalecerá o valor por extenso;
- Não será exigida apresentação de amostras em nenhuma fase do certame, tendo em vista a natureza padronizada dos itens e a exigência de prévio registro sanitário na ANVISA;
- Medicamentos com registro vencido, suspenso, cancelado ou de fabricantes desabilitados pela ANVISA serão sumariamente desclassificados.

11. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR — HABILITAÇÃO

11.1 Habilitação Jurídica

- Contrato social ou instrumento equivalente, devidamente registrado no órgão competente.

11.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista

- Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Fazenda Federal e Seguridade Social);
- Certidão de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante;
- Certidão Negativa ou Positiva com efeitos de Negativa da Dívida Ativa Estadual;
- Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou Certidão Positiva com efeitos de Negativa.

11.3 Qualificação Econômico-Financeira

- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, exceto empresas com plano de recuperação aprovado e homologado, desde que comprovada capacidade econômica;
- Balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (art. 69 da Lei nº 14.133/2021);
- Comprovação de patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, nos termos do §4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

11.4 Qualificação Técnica

- Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando fornecimento anterior de medicamentos de uso comum ou similares, compatíveis em características e quantidades (art. 67, inciso I, da Lei nº 14.133/2021);
- Comprovação de registro ativo da empresa no Conselho Regional de Farmácia (CRF) da jurisdição onde está sediada, com Certificado de Regularidade Técnica (CRT) em nome do farmacêutico responsável técnico (Lei nº 3.820/1960 e Resoluções do CFF);
- Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pela ANVISA, válida e compatível com comercialização e/ou distribuição de medicamentos de uso comum e de controle especial (RDC nº 16/2014);

- Licença sanitária válida, emitida pelo órgão de Vigilância Sanitária competente, com autorização expressa para comércio e/ou distribuição de medicamentos;
- Autorização Especial (AE) da ANVISA, para licitantes que cotarem medicamentos de controle especial (listas A1, A2, A3, B1, B2, C1, C2, C3, C4, C5), nos termos da Portaria SVS/MS nº 344/1998.

11.5 Outros Documentos

- Certificado de Regularidade Técnica (CRT) emitido pelo CRF da jurisdição da sede, com indicação do farmacêutico responsável habilitado;
- Declaração de que a empresa cumpre integralmente as exigências de controle, rastreabilidade e escrituração de medicamentos sujeitos a controle especial, conforme Portaria SVS/MS nº 344/1998, e mantém sistemas integrados ao SNGPC quando aplicável;
- Declaração de que todos os medicamentos ofertados possuem registro sanitário válido na ANVISA e serão entregues com prazo de validade mínimo de 12 (doze) meses a contar da data de recebimento;
- Declaração de responsabilidade técnica e legal quanto ao fornecimento, transporte e armazenamento dos medicamentos, em conformidade com as normas da ANVISA, do Ministério da Saúde e da legislação sanitária vigente.

A ausência ou apresentação de documentos fora do prazo de validade, em qualquer das exigências deste item, será considerada fator de inabilitação, conforme disposto nos arts. 63 e 67 da Lei nº 14.133/2021.

12. DO LOCAL DE ENTREGA E FORNECIMENTO

Os medicamentos de uso comum e de controle especial deverão ser entregues, sob demanda, na **Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tarauacá/AC**, situada em endereço a ser indicado formalmente pela Administração, em dias úteis, no horário das 08h00 às 13h00.

Cada entrega será precedida de autorização formal mediante emissão de Ordem de Fornecimento. A entrega será realizada por conta e responsabilidade da contratada, incluindo todas as despesas com frete, seguro, embalagem, manuseio e transporte, observando integralmente as normas sanitárias aplicáveis.

- **15 (quinze) dias úteis** Prazo máximo de entrega:
após o recebimento da Ordem de Fornecimento;
- **10 (dez) dias úteis;** para medicamentos de controle especial: prazo máximo de
- Justificativas de atraso deverão ser protocoladas com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da data prevista para entrega;

- **12 (doze) meses**, os medicamentos deverão ser entregues com prazo de validade mínimo de salvo motivo técnico justificado e aceito pela Administração;
- O recebimento definitivo ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório, mediante análise pelo farmacêutico responsável.

13. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante formalmente designado pela Administração Pública, nos termos do **art. 117 da Lei nº 14.133/2021** e do Decreto Municipal nº 129/2023, com segregação de funções entre gestor e fiscal.

Caberá ao gestor e ao fiscal do contrato:

- Verificar a entrega dos medicamentos em conformidade com as especificações técnicas do Termo de Referência;
- Conferir prazos de validade, integridade física, lote, rotulagem e registro na ANVISA;
- Lavrar termos de recebimento provisório e definitivo, conforme o caso;
- Notificar o contratado em caso de irregularidades, estabelecendo prazos para saneamento;
- Comunicar à autoridade superior quaisquer falhas graves ou inadimplementos contratuais;
- Sugerir aplicação de sanções, quando couber, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- Efetuar a entrega dos medicamentos no prazo, local e condições estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde, conforme as Ordens de Fornecimento emitidas com base na Ata de Registro de Preços;
- Comunicar formalmente à Secretaria Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, qualquer situação que possa comprometer a pontualidade, integridade ou conformidade da entrega;
- Fornecer os medicamentos devidamente embalados, rotulados, com validade mínima de 12 (doze) meses, salvo exceções tecnicamente justificadas e aceitas pela Administração;
- Garantir que todos os medicamentos entregues possuam registro sanitário válido na ANVISA, estejam livres de avarias e atendam aos padrões sanitários exigidos;
- Responder integralmente por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de falhas no fornecimento, acondicionamento, transporte ou qualidade dos medicamentos;

- Manter, durante toda a vigência contratual, AFE, Licença Sanitária vigente e CRT emitido pelo CRF com indicação do responsável técnico;
- Cumprir as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais relativas à execução contratual;
- Permitir, sempre que solicitada, a realização de diligências, auditorias ou inspeções por parte da Administração;
- Substituir, sem ônus para a Administração, qualquer medicamento em desacordo com as especificações, com validade inferior ao mínimo exigido ou com embalagem danificada;
- Para medicamentos controlados: cumprir integralmente as exigências da Portaria SVS/MS nº 344/1998, incluindo escrituração, balancetes e obrigações perante o SNGPC.

15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- Efetuar o pagamento pelos produtos fornecidos dentro dos prazos estipulados, desde que devidamente atestados quanto à conformidade técnica e documental;
- Emitir as Ordens de Fornecimento conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, observando os quantitativos registrados na Ata e os limites orçamentários disponíveis;
- Disponibilizar local e condições adequadas para o recebimento dos medicamentos;
- Prestar os esclarecimentos necessários ao fiel cumprimento do contrato, sempre que solicitados pela empresa contratada;
- Designar formalmente o gestor e o fiscal do contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021;
- Cumprir com todas as obrigações legais e contratuais estabelecidas no edital, neste Termo de Referência e na legislação vigente.

16. DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado no prazo de **30 (trinta) dias corridos** contados a partir da data de entrega da documentação pela contratada e da apresentação da Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pelo fiscal do contrato, nos termos do art. 174 do Decreto Municipal nº 129/2023.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF. Para medicamentos controlados, a Nota Fiscal deverá ser acompanhada da respectiva documentação exigida pela Portaria SVS/MS nº 344/1998.

- O prazo de pagamento será suspenso nos casos em que for atestado o não cumprimento total da obrigação contratual pelo fiscal do contrato;

- Nos casos de atraso de pagamento não imputável à contratada, incidirão juros de mora à taxa de 0,5% ao mês (6% ao ano), apurados conforme fórmula: $EM = I \times N \times VP$;
- Será vedada a retenção de pagamento por parcela adimplida, exceto para pagamento de multa após o trânsito em julgado do processo administrativo;
- A contratante poderá deduzir do montante a pagar valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, precedida de processo administrativo com garantia de contraditório e ampla defesa;
- A contratada optante pelo Simples Nacional não sofrerá retenção tributária referente ao regime diferenciado, mediante apresentação de comprovação documental.

17. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DO CONTRATO

17.1 Ata de Registro de Preços

A Ata de Registro de Preços terá vigência de **1 (um) ano**, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 124 do Decreto Municipal nº 129/2023. No seu aniversário, será restabelecido o quantitativo inicial, sem acumulação de itens entre os períodos.

A licitante vencedora deverá comparecer para firmar a Ata de Registro de Preços no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da convocação. A partir da assinatura, o fornecedor assume o compromisso de atender os pedidos realizados e cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas.

17.2 Contrato

O Contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, contada a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições iniciais da contratação.

18. DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS

18.1 Irreajustabilidade

Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de 1 (um) ano contado da data-limite para apresentação das propostas, nos termos dos arts. 179 a 183 do Decreto Municipal nº 129/2023.

18.2 Reajuste

Após o período de um ano, mediante solicitação da contratada, os preços poderão ser reajustados pela aplicação do índice IGPM ou IPCA, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação represente situação mais vantajosa para a Administração.

18.3 Revisão / Reequilíbrio

Poderá ser promovida revisão do preço contratual para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, desde que a solicitação esteja acompanhada de comprovação de fatos imprevisíveis ou de consequências incalculáveis, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei nº 14.133/2021. O prazo máximo para análise e resposta é de **60 (sessenta) dias** contados da solicitação e entrega dos comprovantes.

19. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR OUTROS ÓRGÃOS

A Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Direta e Indireta do Município, desde que comprovada a vantagem da utilização e obtida a prévia autorização do Órgão Gerenciador, nos termos do art. 86, §2º, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

As aquisições adicionais por órgão aderente não poderão exceder 50% dos quantitativos registrados para o órgão gerenciador e participantes, nem ultrapassar, no conjunto, o dobro do quantitativo de cada item registrado (art. 86, §4º da Lei nº 14.133/2021).

20. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A comprovação da disponibilidade de créditos orçamentários será exigida no momento da formalização do instrumento contratual, conforme o art. 17 do Decreto Federal nº 11.462/2023.

21. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Poderá ser cancelada a Ata de Registro de Preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando o detentor:

- Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- Recusar-se, injustificadamente, ao atendimento da demanda solicitada dentro da quantidade estimada;
- Deixar, injustificadamente, de assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração;
- Recusar-se a reduzir o preço registrado na hipótese de tornar-se superior aos praticados no mercado;
- Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

O fornecedor poderá solicitar o cancelamento de seu registro, sem penalidades, na ocorrência de fato superveniente que comprometa a execução contratual, decorrente de caso fortuito ou força maior devidamente comprovados.

22. DAS PENALIDADES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa, praticar qualquer dos atos previstos no art. 155 daquele diploma legal. A Administração poderá aplicar, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

- **Advertência:**

para infrações de menor potencial ofensivo;

- **Multa:**

de 0,5% a 30% sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis. Para infrações leves: 0,5% a 15%. Para infrações graves: 15% a 30%;

- **Impedimento de licitar e contratar:**

pelo prazo máximo de 3 (três) anos, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo;

- **Declaração de inidoneidade:**

para licitar ou contratar, pelo prazo de 3 a 6 anos, nas hipóteses mais graves previstas nos incisos IV e V do art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

Na aplicação das sanções serão considerados: a natureza e gravidade da infração, as peculiaridades do caso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a existência de programa de integridade. O prazo para defesa é de 15 (quinze) dias úteis, e o recurso de 15 (quinze) dias úteis, com efeito suspensivo até decisão final.

23. DA RESCISÃO CONTRATUAL

A Contratante poderá rescindir administrativamente o contrato, garantida a prévia defesa, nas hipóteses contidas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, sem que caiba ao contratado direito a indenização, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das regras dos arts. 138 e 139 do mesmo diploma.

A extinção do contrato poderá ser:

- Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de conduta da própria Administração;

- Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, mediação ou comitê de resolução de disputas, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;
- Determinada por decisão arbitral ou judicial.

Em eventual rescisão, a contratada fará jus ao valor dos serviços realizados anteriormente à rescisão. Se a interrupção das atividades vier a causar prejuízo à população, será observado prazo de 30 (trinta) dias para que a rescisão obtenha eficácia.

24. DISPOSIÇÕES FINAIS E CASOS OMISSOS

- Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Federal nº 11.462/2023 e o Decreto Municipal nº 129/2023, respeitando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;
- Não haverá exigência de garantia de execução contratual;
- É vedada a subcontratação do objeto da licitação, em consonância com o art. 122, caput, da Lei nº 14.133/2021;
- Qualquer alteração das condições estabelecidas neste TR deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo, obedecendo os procedimentos legais;
- Eventuais dúvidas ou litígios decorrentes da execução deste contrato serão resolvidos pela via administrativa e, se necessário, judicialmente, na comarca de Tarauacá/AC;
- O presente Termo de Referência é parte integrante do processo licitatório e prevalece, em caso de divergência, sobre qualquer outro documento de menor hierarquia.

25. APROVAÇÃO E ASSINATURAS

Tarauacá - Acre 30 de março de 2026.

Elaborado por:

Aprovado por:

Rayane Oliveira de Oliveira

CRF/AC 579

Diretora da Farmácia

Decreto nº 170/2025

Francisco Romário de Oliveira Costa

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 086/2025

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)

1. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objeto a contratação futura, mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição parcelada e sob demanda de medicamentos e insumos da Assistência Farmacêutica Municipal do Município de Tarauacá/AC, abrangendo as seguintes categorias: medicamentos de uso comum, medicamentos de controle especial, medicamentos da Assistência Farmacêutica Básica, insumos para diabetes (Componente Básico), e medicamentos para os programas de Hipertensão e Diabetes, conforme especificações constantes no Documento de Formalização da Demanda (DFD) elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Os itens objeto desta contratação integram a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME), a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) e os protocolos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, destinando-se à distribuição gratuita e assistida nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e na Farmácia Básica Municipal, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

1.1. Categorias do Objeto

Categoria 1 — MEDICAMENTOS DE USO COMUM: medicamentos para tratamento de condições agudas e crônicas de alta prevalência na atenção primária, incluindo analgésicos, antitérmicos, anti-inflamatórios, antibióticos, antiparasitários, antifúngicos, vitaminas e suplementos nutricionais, podendo ser prescritos em receituário simples;

Categoria 2 — MEDICAMENTOS DE CONTROLE ESPECIAL: substâncias psicoativas, entorpecentes, ansiolíticos, antidepressivos, antipsicóticos e demais medicamentos sujeitos à normatização específica da Portaria SVS/MS nº 344/1998 e da RDC ANVISA nº 204/2017, exigindo receituário especial (notificação de receita A, B1, B2, C1, C2, C3 ou C5) e controle rigoroso de dispensação;

Categoria 3 — ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA BÁSICA: medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica destinados ao tratamento de condições crônicas prevalentes na atenção primária, financiados integralmente ou de forma tripartite pelos entes federativos, conforme pactuação na Comissão Intergestores Tripartite (CIT);

Categoria 4 — INSUMOS PARA DIABETES — COMPONENTE BÁSICO: insumos estratégicos para o monitoramento e controle do diabetes mellitus, incluindo seringas com agulha para insulina, lancetas, fitas reagentes para glicemia capilar (glicosímetro) e demais insumos previstos na Portaria GM/MS nº 2.583/2007 e no Componente Básico da Assistência Farmacêutica, destinados exclusivamente a usuários cadastrados no programa;

Categoria 5 — HIPERTENSÃO E DIABETES: medicamentos padronizados para o tratamento e controle da Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e do Diabetes Mellitus (DM) no âmbito da atenção primária, incluindo anti-hipertensivos, hipoglicemiantes orais

e insulinas previstos no Protocolo Clínico do Programa HiperDia e nas diretrizes do Ministério da Saúde.

A adoção do SRP justifica-se pela natureza contínua, essencial e de demanda variável dos itens, nos termos do art. 6º, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

2. CONTEXTO DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá/AC é responsável pela gestão integral da Assistência Farmacêutica Municipal, que compreende o planejamento, aquisição, armazenamento, distribuição e dispensação de medicamentos e insumos estratégicos à população usuária do SUS. O município possui população estimada de 43.464 habitantes (IBGE), localizado a 409 km de Rio Branco pela BR-364 — rodovia com condições severas de trafegabilidade, rompimentos históricos (como em fevereiro de 2025) e limitações sazonais graves durante o período chuvoso amazônico.

A Farmácia Básica Municipal e as UBS constituem o principal — e frequentemente único — ponto de acesso da população a medicamentos essenciais, sendo a continuidade do abastecimento uma obrigação constitucional indelegável, nos termos do art. 196 da Constituição Federal.

2.1. Da Assistência Farmacêutica no Município

A Assistência Farmacêutica Municipal de Tarauacá/AC abrange cinco eixos estratégicos diretamente contemplados nesta contratação:

- a) Dispensação de medicamentos de uso comum para atendimento das demandas agudas e crônicas da atenção primária, com foco em doenças respiratórias, infecciosas, cardiovasculares e metabólicas de alta prevalência;
- b) Dispensação de medicamentos de controle especial com rigoroso controle de receituário, rastreabilidade e registro de movimentação, conforme Portaria SVS/MS nº 344/1998, atendendo pacientes com transtornos mentais, dor crônica e condições neurológicas;
- c) Dispensação dos medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica, cofinanciados pelos entes federativos, para tratamento de condições crônicas prevalentes;
- d) Fornecimento de insumos para diabetes (seringas, lancetas e fitas reagentes) a usuários cadastrados no programa, conforme Portaria GM/MS nº 2.583/2007;
- e) Abastecimento do Programa HiperDia com medicamentos para controle da Hipertensão Arterial Sistêmica e do Diabetes Mellitus, atendendo a estimativa de 20% da população adulta com HAS e 7% com DM.

2.2. Do Perfil Epidemiológico Local

O perfil epidemiológico de Tarauacá/AC é marcado pela coexistência de doenças infecciosas endêmicas (malária, tuberculose, dengue, leishmaniose, parasitoses) com a crescente carga de doenças crônicas não transmissíveis. Estima-se que aproximadamente 8.693 pessoas (20% da

população) vivam com hipertensão arterial e 3.042 (7%) com diabetes mellitus, demandando uso contínuo diário de medicamentos e insumos para monitoramento da glicemia.

A interrupção do fornecimento dessas categorias específicas representa risco clínico imediato e grave, podendo acarretar crises hipertensivas, cetoacidose diabética, complicações cardiovasculares, renais e neurológicas de alto custo social e financeiro ao município.

3. JUSTIFICATIVA PARA O PREGÃO ELETRÔNICO POR ITEM

A adoção da modalidade Pregão Eletrônico, na forma aberta e com julgamento por item, justifica-se com base no princípio da ampla competitividade (art. 5º, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021), visando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública. O julgamento por item é especialmente recomendado em razão da diversidade de categorias de medicamentos contempladas nesta contratação — uso comum, controle especial, Componente Básico, insumos para diabetes e HiperDia —, pois diferentes fornecedores podem ter especialização, estoque e condições comerciais distintas para cada segmento.

A divisão por item permite que empresas especializadas em determinadas categorias (ex.: distribuidoras exclusivas de medicamentos de controle especial ou fabricantes de insumos para diabetes) participem de forma segmentada, ampliando a competitividade e favorecendo a obtenção dos melhores preços para cada grupo de produtos.

A sistemática favorece a participação de microempresas e empresas de pequeno porte (arts. 47 e 48 da LC nº 123/2006), fomentando o desenvolvimento econômico regional. A forma aberta garante transparência, lisura e ampla participação no ambiente digital, em consonância com os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade e moralidade.

4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Tarauacá/AC tem o dever constitucional de garantir o fornecimento regular, contínuo, seguro e gratuito de medicamentos e insumos essenciais à população usuária do SUS. Atualmente, o Município não dispõe de processo licitatório vigente que contemple as categorias ora demandadas, sendo imprescindível a instauração deste procedimento.

4.1. Medicamentos de Uso Comum

São essenciais ao manejo das condições de maior prevalência na atenção primária. A sua ausência compromete tratamentos ambulatoriais em andamento, sobrecarrega serviços de urgência e gera demandas judiciais individuais de alto custo para o erário.

4.2. Medicamentos de Controle Especial

Atendem pacientes com transtornos mentais comuns (ansiedade, depressão, insônia), dores crônicas e condições neurológicas. A dispensação regular na Farmácia Básica evita a interrupção de tratamentos psiquiátricos, reduz o risco de surtos, internações psiquiátricas e violência doméstica associada à descompensação de transtornos mentais. Exigem controle rigoroso conforme Portaria

SVS/MS nº 344/1998 e RDC ANVISA nº 204/2017, com escrituração obrigatória no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC).

4.3. Assistência Farmacêutica — Componente Básico

O Componente Básico da Assistência Farmacêutica é financiado de forma tripartite (União, Estado e Município) e garante o acesso a medicamentos para condições crônicas como asma, rinite, epilepsia, osteoporose, glaucoma, Parkinson e outros agravos. A sua interrupção implica o descumprimento do Termo de Compromisso de Gestão pactuado com o Estado do Acre e pode acarretar a suspensão do repasse dos recursos federais e estaduais destinados à assistência farmacêutica municipal.

4.4. Insumos para Diabetes — Componente Básico

A Portaria GM/MS nº 2.583/2007 estabelece o direito dos usuários com diabetes cadastrados na rede pública ao fornecimento gratuito de insumos para automonitoramento da glicemia capilar, incluindo seringas com agulha para insulina, lancetas, fitas reagentes e glicosímetros. O fornecimento regular desses insumos é determinante para o controle glicêmico, prevenção de complicações graves (neuropatia, retinopatia, nefropatia diabética e amputações) e redução de internações hospitalares evitáveis.

4.5. Hipertensão e Diabetes — Programa HiperDia

O Programa HiperDia é uma das principais estratégias de atenção às doenças crônicas não transmissíveis no Brasil. Em Tarauacá/AC, estima-se que aproximadamente 8.693 pessoas vivam com HAS e 3.042 com DM, demandando uso contínuo de medicamentos como losartana, captopril, atenolol, hidroclorotiazida, metformina, glibenclamida e insulinas NPH e Regular. A interrupção do fornecimento desses medicamentos pode provocar crises hipertensivas, acidente vascular encefálico (AVE), infarto agudo do miocárdio, cetoacidose diabética e outras emergências de alto custo hospitalar.

4.6. Riscos da Não Contratação

- a) Desassistência farmacêutica em todas as categorias contempladas, com risco imediato à saúde da população;
- b) Agravamento clínico de pacientes crônicos e psiquiátricos, com aumento da morbimortalidade;
- c) Sobrecarga nos serviços de urgência, emergência e hospitalar com casos evitáveis;
- d) Incremento da judicialização da saúde com impacto financeiro imprevisível ao erário municipal;
- e) Descumprimento do Termo de Compromisso de Gestão com risco de suspensão de repasses federais e estaduais;
- f) Responsabilização dos gestores públicos por omissão no dever constitucional (art. 196 da CF/1988).

4.7. Amparo Legal

- a) Art. 196 da CF/1988 — direito à saúde e dever do Estado;
- b) Lei Federal nº 8.080/1990 — Lei Orgânica da Saúde;
- c) Resolução CNS nº 338/2004 — Política Nacional de Assistência Farmacêutica;
- d) Portaria GM/MS nº 2.583/2007 — insumos para diabetes no Componente Básico;
- e) Portaria SVS/MS nº 344/1998 e RDC ANVISA nº 204/2017 — controle especial;
- f) Lei Federal nº 14.133/2021 — licitações e contratos administrativos;
- g) Decreto Federal nº 11.462/2023 — Sistema de Registro de Preços;
- h) Lei Complementar nº 123/2006 — tratamento favorecido a ME e EPP.

5. DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS E INSUMOS

Os medicamentos e insumos objeto desta contratação estão relacionados no DFD, com especificações em Denominação Comum Brasileira (DCB), formas

farmacêuticas, concentrações, unidades de fornecimento e quantitativos mínimos e totais estimados, nos termos do art. 7º, inciso III, do Decreto Federal nº 11.462/2023. Todos os itens deverão possuir registro válido na ANVISA.

Lote 1 – Medicamentos do Componente Básico (itens 1 a 125)

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTR AT.	QTD PREV. REGIST.
01	Ácido Ascórbico 200mg/ml		Solução oral		300.000
02	Acebrofilina 10 mg/mL frasco com 120 mL + copo-medida		xarope		9.320
03	Acebrofilina 5 mg/mL frasco com 120 mL + copo-medida		xarope		25.100
04	Aciclovir 200 mg		Comprimido		28.100
05	Antiviral Aciclovir 50mg/g bisnagas com 10g creme		Creme		9.400
06	Ácido acetilsalicílico 100 mg		Comprimido		928.000
07	Ácido fólico 5 mg		Comprimido		63.000
08	Ácido folínico 15 mg		Comprimido		927.000
09	Água para injeção 10 mL		Solução injetável		55.000
10	Albendazol 400 mg		Comprimido		155.000
11	Albendazol 40 mg/mL		Suspensão oral		49.000
12	Alendronato de sódio 70 mg		Comprimido		60.000
13	Alopurinol 300 mg		Comprimido		93.500

14	Amoxicilina 500 mg		Cápsula		382.000
15	Amoxicilina 250 mg/5mL		Suspensão oral		25.000
16	Amoxicilina +clavulanato de potássio 500 mg + 125 mg		Comprimido		62.200
17	Amoxicilina +clavulanato de potássio 50 mg/mL + 12,5 mg/mL		Suspensão oral		7.000,00
18	Ampicilina 500 mg		Comprimido		382.000
19	Ampicilina 250 mg/5ml		Suspensão oral		26.000
20	Azitromicina 500 mg		Comprimido		240.000
21	Azitromicina 40 mg/mL		Pó para suspensão oral		29.000
22	Benzilpenicilina benzatina 600.000UI		Pó para suspensão injetável		13.000
23	Benzilpenicilina benzatina 1.200.000UI Pó para		suspensão injetável		10.000
24	Benzilpenicilina procaína + Benzilpenicilina potássica 300.000UI + 100.000UI		Pó para suspensão injetável		7.000
25	Brometo de ipratrópio 0,25 mg/mL		Solução para inalação		5.000
26	Benzoato de benzila 25%		Emulsão tópica		55.000
27	Butilbrometo de escopolamina + Dipirona 10 mg + 250 mg		Comprimido		340.000
28	Bromoprida 4mg/ml		Solução Oral		4.000
29	Carbonato de cálcio + colecalciferol 1.500 mg (600 mg de cálcio+400UI)		Comprimido		230.000
30	Carbonato de cálcio 500 mg		comprimido		230.000
31	Carbocisteína xarope adulto		frasco		28.500
32	Carbocisteína xarope infantil		frasco		28.500
33	Cefalexina 500 mg		Comprimido		350.000
34	Cefalexina 50 mg/mL		Suspensão oral		9.000
35	Ceftriaxona 500 mg		Pó para suspensão injetável		6.000
36	Ceftriaxona 1g		Pó para suspensão injetável		13.500
37	Cetoconazol 200 mg		Comprimido		160.000
38	Cetoconazol 20 mg/g		Crema		40.000
39	Cetoconazol 20mg/ml		Shampoo		16,000
40	Cinarizina 75 mg		Comprimido		100.000
41	Ciprofloxacino 500 mg		Comprimido		160.000

42	Complexo B (polivitamínico do complexo B)		Comprimido		1.860.000
43	Complexo B (polivitamínico do complexo B) frasco com 100 mL Xarope		Xarope		38.000
44	Complexo B		Injetável		5.000
45	Claritromicina 500 mg		Comprimido		8.000
46	Cloreto de sódio 0,9% (9 mg/mL)		Solução nasal		8.000
47	Cloreto de sódio 0,9% (0,154 mEq/mL)		Solução injetável		50.000
48	Cloridrato de Ambroxol 3 mg/mL frasco com 120mL + copo-medida		Xarope		19.200
49	Cloridrato de Ambroxol 6 mg/mL frasco com 120mL + copo-medida		Xarope		19.000
50	Cloridrato de lidocaína 20mg/mL (2%)		Solução injetável		4.000
51	Cloridrato de lidocaína 20mg/g (2%)		Gel		2.000
52	Cloridrato de metoclopramida 10 mg		Comprimido		97.000
53	Cloridrato de metoclopramida 4mg/mL		Solução oral		55.000
54	Cloridrato de metoclopramida 5mg/mL		Solução injetável		5.000
55	Cloridrato de prometazina 25 mg		Comprimido		33.000
56	Cloridrato de tiamina 300 mg		Comprimido		100.000,00
57	Dexametasona (fosfato dissódico) 4mg/mL		Solução injetável		5.000
58	Dexametasona 1 mg/g (0,1%)		Creme		10.000
59	Dexametasona 4 mg		Comprimido		1.880.000
60	Dexametasona 0,1 mg/mL		Elixir		10.000
61	Dexametasona 1mg/mL (0,1%) (colírio)		Suspensão oftálmica		20.000
62	Diclofenaco sódico 50 mg		Comprimido		480.000
63	Diclofenaco sódico 75 mg/mL		Solução injetável		6.000
64	Diclofenaco Pótassio 50 mg		Comprimido		480.000
65	Dimenidrinato 50mg + cloridrato de piridoxina 10mg		Comprimido		100.000
66	Dipirona 500 mg		Comprimido		780.000
67	Dipirona 500 mg/mL		Solução injetável		5.000

68	Dipirona 500 mg/mL		Solução oral		44.000
69	Dipropionato de beclometasona 200 microgramas/dose		Solução para inalação oral		5.000
70	Fluconazol 150 mg		Cápsula		403.000
71	Hidróxido de alumínio 300 mg		Comprimido		400.000
72	Hidróxido de alumínio 61,5 mg/mL		Suspensão oral		20.000
73	Hidróxido de alumínio + magnésio + simeticona 153mg+200mg+25mg		Comprimido mastigável		400.000
74	Ibuprofeno 300 mg		Comprimido		290.000
75	Ibuprofeno 600 mg		Comprimido		280.000
76	Ibuprofeno 50 mg/mL		Suspensão oral		34.000
77	Itraconazol 100 mg		Cápsula		200.000
78	Ivermectina 6 mg		Comprimido		41.000
79	Lactulose 667 mg/mL frasco com 100ml		Xarope		7.000
80	Lidocaína, cloridrato 2% gel 30g		Tubo		3.000
81	Loratadina 10 mg		Comprimido		76.000
82	Loratadina 1 mg/mL		Xarope		9.400
83	Vitamina de AZ(suplemento vitamínico/ mineral de AZ) (rico em acido folico de AZ)		Comprimido		200.000
84	Maleato de dexclorfeniramina 2mg		Comprimido		250.000
85	Maleato de dexclorfeniramina 0,4 mg/mL		Xarope		19.000
86	Mebendazol 100 mg		Comprimido		155.000
87	Mebendazol 20mg/mL (2%) frasco com 30mL + copo- medidor		Suspensão oral		50.000
88	Metronidazol 250 mg		Comprimido		380.000
89	Metronidazol 40 mg/mL		Suspensão oral		5.000
90	Metronidazol 100 mg/g (10%)		Gel vaginal		13.000
91	Nitrofurantoína 100mg		Comprimido		170.000
92	Nimesulida 100 mg		Comprimido		618.000
93	Nimesulida 50mg/mL		Solução oral		25.000
94	Nistatina 100.000 UI/mL		Suspensão oral		20.000
95	Nistatina 100.000/4g 60g		Crema vaginal		7.000
96	Nitrato de miconazol 2% (20 mg/g)		Crema vaginal		7.000

97	Norfloxacino 500mg		Comprimido		170.000
98	Óleo mineral		Óleo para uso oral		6.000
99	Omeprazol 20 mg		Cápsula		780.000
100	Paracetamol 200 mg/mL		Solução oral		56.000
101	Paracetamol 500 mg		Comprimido		650.000
102	Pasta d'água 80 g		Frasco		2.000
103	Permanganato de potássio 100mg		Para uso tópico/Envelope		20.000
104	Permetrina 10 mg/mL (1%)		Loção		20.000
105	Piroxicam 20 mg		Comprimido		300.000
106	Prednisolona (fosfato sódico) 1mg/mL		Solução oral		10.000
107	Prednisona 5 mg		Comprimido		297.000
108	Prednisona 20 mg		Comprimido		143.000
109	Sais para reidratação oral		Pó para solução oral		28.000
110	Secnidazol 1g		Comprimido		7.000
111	Simeticona 75 mg/mL		Solução oral		19.000
112	Simeticona 40 mg		Comprimido		93.000
113	Sinvastatina 20 mg		Comprimido		83.000
114	Sinvastatina 40 mg		Comprimido		83.000
115	Sulfadiazina de prata 10 mg/g (1%)		Creme		11.000
116	Sulfametoxazol + trimetoprima 400mg + 80mg		Comprimido		260.000
117	Sulfametoxazol + trimetoprima 40mg/mL + 8mg/mL		Suspensão oral		9.300
118	Sulfato de neomicina + bacitracina 5mg/g + 250 U.I./g		Pomada		21.000
119	Sulfato de salbutamol 100 mcg/dose		Aerossol oral		9.300
120	Sulfato de salbutamol spray 100mcg		Aerossol		2.000
121	Sulfato ferroso 40 mg		Comprimido		649.000
122	Sulfato ferroso 25 mg/mL		Solução oral		44.000
123	Sulfato ferroso 5 mg/mL		Xarope		20.000
124	Vitamina C 500 mg (ácido ascórbico)		Comprimido		617.000
125	Vitamina C 200 mg/mL (ácido ascórbico)		Solução oral		42.000

Lote 2 – Básico: Hipertensão e Diabetes (itens 126 a 151)

Medicamentos do componente Básico da Assistência Farmacêutica - Hipertensão e Diabetes					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMA T	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
126	Atenolol 25 mg		Comprimido		514.000
127	Atenolol 50 mg		Comprimido		2.800.000
128	Atenolol 100 mg		Comprimido		2.800.000
129	Besilato de Anlodipino 5 mg		Comprimido		257.000,00
130	Besilato de Anlodipino 10 mg		Comprimido		257.000
131	Captopril 25 mg		Comprimido		1.545.000
132	Carvedilol 3,125 mg		Comprimido		93.000
133	Carvedilol 12,5 mg		Comprimido		93.000
134	Cloridrato de propranolol 40 mg		Comprimido		155.000
135	Cloridrato de metformina 500 mg		Comprimido		390.000
136	Cloridrato de metformina 850 mg		Comprimido		464.000
137	Digoxina 0,25 mg		Comprimido		93.000
138	Espironolactona 25 mg		Comprimido		13.000
139	Espironolactona 100 mg		Comprimido		10.000
140	Furosemida 40 mg		Comprimido		174.000
141	Gliclazida 30 mg		Comprimido		50.000
142	Gliclazida 60 mg		Comprimido		2.472.000
143	Glibenclamida 5mg		Comprimido		835.000,00
144	Hidroclorotiazida 25 mg		Comprimido		2.781.000
145	Losartana potássica 50 mg		Comprimido		6.180.000
146	Maleato de enalapril 5 mg		Comprimido		380.000
147	Maleato de enalapril 10 mg		Comprimido		380.000
148	Maleato de enalapril 20 mg		Comprimido		380.000
149	Metildopa 250 mg		Comprimido		19.000
150	Metildopa 500 mg		Comprimido		10.000
151	Nifedipino 10 mg		Comprimido		124.000

Lote 3 – Básico: Controle Especial (itens 152 a 186)

Medicamentos do componente Básico da Assistência Farmacêutica - Controle Especial					
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
152	Ácido valproico (valproato de sódio) 250 mg		Comprimido		10.000
153	Ácido valproico (valproato de sódio) 500 mg		Comprimido		50.000
154	Ácido valproico (valproato de sódio) 50 mg/mL		Xarope		20.000
155	Alprazolam 1mg		Comprimido		98.000
156	Carbamazepina 200 mg		Comprimido		124.000
156	Carbamazepina 400 mg		Comprimido		50.000
158	Carbamazepina 20 mg/mL		Suspensão oral		20.000
159	Carbonato de lítio 300 mg		Comprimido		98.000
160	Cloridrato de amitriptilina 25 mg		Comprimido		154.000
156	Cloridrato de Sertralina 50mg		Comprimido		115.000
162	Cloridrato de Sertralina 100mg		Comprimido		62.000
163	Cloridrato de biperideno 2 mg		Comprimido		50.000
164	Cloridrato De Tramadol 50mg		Comprimido		31.000
165	Cloridrato de clomipramina 25 mg		Comprimido		4.000
166	Cloridrato de Clomipramina 75mg		Comprimido		7.000
167	Clonazepam 0,5 mg		Comprimido		93.000
168	Clonazepam 2 mg		Comprimido		180.000
169	Clonazepam 2,5 mg/mL		Solução oral		7.000
170	Cloridrato de clorpromazina 25 mg		Comprimido		9.500
171	Cloridrato de clorpromazina 100 mg		Comprimido		6.500
172	Cloridrato de fluoxetina 20 mg		Comprimido		113.000

173	Diazepam 5 mg/mL		Solução injetável		30.000
174	Diazepam 5 mg		Comprimido		62.000
175	Diazepam 10 mg		Comprimido		119.000
176	Fenobarbital 100 mg		Comprimido		174.000
177	Fenobarbital 40 mg/mL		Comprimido		10.000
178	Fenitoína 100mg		Solução oral		31.000
179	Haloperidol 1 mg		Comprimido		30.000
180	Haloperidol 5 mg		Comprimido		16.000
181	Haloperidol 2mg/mL		Comprimido		4.000
182	Haloperidol 50 mg/ml		Solução oral		93.000
183	Paracetamol 500mg + fosfato de codeína 30mg		Injetável		10.000
184	Risperidona 1 mg/mL		Comprimido		20.000

Medicamentos do componente Estratégico da Assistência Farmacêutica

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRAT.	QTD PREV. REGIST.
185	Ácido tranexâmico 250 mg		Comprimido		10.000
186	Doxiciclina 100 mg		Comprimido		103.000

Lote 4 – Insumos para Diabetes (itens 187 a 189)

INSUMOS PARA DIABETES DO COMPONENTE BÁSICO

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD. CATMAT	UNIDADE	QTD MIN. CONTRA T.	QTD PREV. REGIST.
187	Glicosímetro		Unidade		100.00
188	Seringas com agulha acoplada para aplicação de insulina		Unidade		100.00
189	Tiras de reagente de medida de glicemia capilar		Unidade		100.000

VALOR TOTAL R\$

5.1. Medicamentos de Uso Comum

- Analgésicos e antitérmicos: dipirona, paracetamol, ibuprofeno;
- Anti-inflamatórios: diclofenaco sódico e potássico, nimesulida;
- Antibióticos: amoxicilina, ampicilina, azitromicina, cefalexina, ciprofloxacino, doxiciclina;
- Antiparasitários: albendazol, mebendazol, metronidazol, tinidazol, ivermectina;
- Antifúngicos: fluconazol, cetoconazol, miconazol (tópico e oral);
- Vitaminas e suplementos: ácido fólico, sulfato ferroso, vitamina A, vitamina D, vitamina C;
- Antialérgicos: loratadina, cetirizina, hidroxizina, dexclorfeniramina;
- Corticosteroides orais e tópicos: prednisona, dexametasona, betametasona;
- Medicamentos para saúde da mulher: contraceptivos orais, misoprostol, ocitocina;
- Soluções e preparações diversas: soro fisiológico, soro glicosado, soluções de reidratação oral, colírios, pomadas e géis dermatológicos.

5.2. Medicamentos de Controle Especial

Os medicamentos de controle especial deverão ser adquiridos, armazenados, dispensados e escriturados em conformidade com a Portaria SVS/MS nº 344/1998, a RDC ANVISA nº 204/2017 e as normas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC), incluindo:

- Lista B1 — Psicotrópicos: diazepam, clonazepam, alprazolam, bromazepam (ansiolíticos benzodiazepínicos);
- Lista C1 — Outras substâncias sujeitas a controle especial: amitriptilina, imipramina, nortriptilina (antidepressivos tricíclicos), fluoxetina, sertralina, paroxetina (ISRS), carbamazepina, fenitoína, fenobarbital (anticonvulsivantes), haloperidol, risperidona (antipsicóticos);
- Lista C2 — Retinoides: isotretinoína (uso dermatológico, quando aplicável);
- Lista C5 — Anabolizantes: quando clinicamente indicados por prescrição médica fundamentada.

A dispensação desses medicamentos exige receituário especial (notificação de receita nas cores A, B ou C conforme a lista), escrituração mensal no SNGPC, balanço anual e manutenção de livro de registro, sob responsabilidade do farmacêutico responsável pela Farmácia Básica Municipal.

5.3. Assistência Farmacêutica — Componente Básico

Os medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica são cofinanciados de forma tripartite e destinados ao tratamento de condições crônicas prevalentes, incluindo:

- Asma e DPOC: salbutamol aerossol, beclometasona aerossol, ipratrópio aerossol, aminofilina;
- Epilepsia: carbamazepina, fenobarbital, fenitoína, ácido valproico;

- Osteoporose: carbonato de cálcio + vitamina D, alendronato de sódio;
- Glaucoma: pilocarpina, timolol (colírios);
- Doença de Parkinson: levodopa + carbidopa, biperideno;
- Rinite alérgica: beclometasona spray nasal, fluticasona spray nasal;
- Outros: conforme Relação Nacional de Medicamentos Essenciais e REMUME vigentes.

5.4. Insumos para Diabetes — Componente Básico

Conforme Portaria GM/MS nº 2.583/2007, serão fornecidos gratuitamente aos usuários com diabetes cadastrados na rede pública os seguintes insumos:

- Seringas com agulha para aplicação de insulina (1 mL — 100 UI), em diferentes calibres;
- Lancetas para punção digital, compatíveis com os dispositivos disponíveis nas unidades de saúde;
- Fitas reagentes para determinação de glicemia capilar (glicosímetro), compatíveis com os aparelhos distribuídos pelo programa;
- Glicosímetros (aparelhos de medição), quando necessário para reposição do parque instalado nas UBS;
- Agulhas para caneta de insulina, quando aplicável ao perfil dos usuários cadastrados.

O fornecimento dos insumos para diabetes observará os critérios de cadastramento, elegibilidade e quantidade por usuário estabelecidos pela Portaria GM/MS nº 2.583/2007 e pelas normas estaduais e municipais complementares.

5.5. Medicamentos para Hipertensão e Diabetes — Programa HiperDia

Os medicamentos para controle da HAS e do DM são os de maior volume de dispensação na Farmácia Básica Municipal, dada a alta prevalência dessas condições no município. Incluem:

Anti-hipertensivos: losartana potássica 50mg, captopril 25mg, enalapril 5mg e 10mg, atenolol 25mg e 50mg, propranolol 40mg, hidroclorotiazida 25mg, anlodipino 5mg e 10mg, espironolactona 25mg, furosemida 40mg;

Hipoglicemiantes orais: metformina 500mg e 850mg, glibenclamida 5mg, glicazida 30mg e 60mg MR, glipizida 5mg;

Insulinas: insulina humana NPH 100 UI/mL (frasco 10 mL), insulina humana Regular 100 UI/mL (frasco 10 mL);

Hipolipemiantes: sinvastatina 20mg e 40mg, atorvastatina 10mg, 20mg e 40mg;

Antiagregantes: ácido acetilsalicílico 100mg (uso cardiovascular).

5.6. Requisitos Técnicos e Sanitários Obrigatórios — Todos os Itens

- a) Registro ativo na ANVISA correspondente ao produto efetivamente ofertado;

- b) Prazo de validade mínimo de 12 meses contados da data de entrega ao almoxarifado;
- c) Embalagens íntegras, lacradas e com rotulagem completa conforme legislação sanitária;
- d) Rastreabilidade farmacêutica conforme RDC nº 157/2017;
- e) Fabricante com AFE válida e CBPFC quando exigível pela ANVISA;
- f) Para medicamentos de controle especial: número de lote e identificação completa para escrituração no SNGPC;
- g) Para insumos para diabetes: compatibilidade com os dispositivos (glicosímetros) em uso nas UBS do município;
- h) Transporte e armazenamento que preservem as características físico-químicas e farmacológicas dos produtos.

6. MEMÓRIA DE CÁLCULO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADES

Os quantitativos foram estabelecidos com base no histórico de consumo da Farmácia Básica Municipal, no perfil epidemiológico local, na projeção de demanda por programa e na expansão da cobertura da atenção primária, em conformidade com o art. 18, § 1º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.1. Parâmetros Gerais

- Município: Tarauacá/AC — População: 43.464 habitantes (IBGE);
- Consumo médio mensal por habitante com base em protocolos clínicos do SUS;
- Cobertura para 3 (três) meses, compatibilizando logística e armazenamento;
- Margem de segurança de 30% sobre a estimativa base (baixo nível atual de estoques);
- Arredondamento para o inteiro superior para garantia do abastecimento.

6.2. Parâmetros Específicos por Categoria

Uso Comum: Consumo médio mensal por habitante, considerando demandas agudas e crônicas da atenção primária. Ex.: Dipirona 500mg — 0,4 comp./dia/habitante → demanda anual teórica: 8.251.807 comp. Planilha: 700.000 comp. (cobertura para demandas agudas);

Controle Especial: Baseado no número de pacientes cadastrados nos programas de saúde mental e no histórico de dispensação com receituário especial. Ex.: Fluoxetina 20mg — estimativa de 3% da população com indicação clínica → ~1.304 usuários × 30 comp./mês × 3 meses × 1,30 ≈ 152.568 comp.;

Componente Básico: Conforme pactuação tripartite e número de usuários cadastrados por condição clínica. Os quantitativos respeitam os tetos financeiros do Componente Básico definidos pelo Ministério da Saúde;

Insumos Diabetes: Baseado no número de usuários com DM cadastrados (~3.042 pessoas). Ex.: Seringas para insulina — $3.042 \text{ usuários} \times 2 \text{ seringas/dia} \times 90 \text{ dias} \times 1,30 \approx 711.828 \text{ unidades}$;

HiperDia: Baseado na prevalência de HAS (~20% = 8.693 pessoas) e DM (~7% = 3.042). Ex.: Losartana 50mg — $8.693 \text{ usuários} \times 1 \text{ comp./dia} \times 90 \text{ dias} \times 1,30 \approx 1.016.901 \text{ comp.}$ Planilha: 1.000.000 comp.

6.3. Fórmula de Cálculo

$$Qtd. \text{ Total} = (\text{Consumo médio mensal/habitante ou usuário}) \times (\text{População ou usuários do programa}) \times (\text{Mêses}) \times 1,30$$

7. LEVANTAMENTO DE MERCADO E ESTIMATIVA DE VALORES

Foi realizada ampla pesquisa de mercado conforme a Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, utilizando: cotações formais com fornecedores (publicadas no Diário Oficial do Estado), Painel de Preços do Governo Federal, Banco de Preços em Saúde (BPS/MS), atas de registro de preços de entes com perfil similar e tabelas de preços máximos da ANVISA.

Os valores de referência foram apurados separadamente para cada categoria de medicamentos, considerando as especificidades de mercado de cada segmento: medicamentos de uso comum (mercado amplo e competitivo), controle especial (distribuidores especializados e autorizados), Componente Básico (tabela RENAME/CMED), insumos para diabetes (mercado específico com poucos fabricantes) e HiperDia (medicamentos genéricos de ampla disponibilidade).

7.1. Critérios de Depuração

- a) Filtro interquartil (IQR) — exclusão de extremos abaixo de Q1 e acima de Q3;
- b) Média depurada como preço de referência por item;
- c) Desconsideração de cotações com mais de 180 dias ou sem regularidade comprovada;
- d) Inclusão dos custos logísticos reais para entrega em Tarauacá/AC (condições da BR-364).

7.2. Controle de Inexequibilidade e Sobrepreço

Propostas com valor inferior a 50% da estimativa ensejarão comprovação de exequibilidade (art. 29, § 3º, Lei nº 14.133/2021). Propostas com sobrepreço evidente serão analisadas criticamente, com possibilidade de negociação ou desclassificação (art. 34 da mesma Lei). Para medicamentos de controle especial e insumos para diabetes, serão adotados como referência adicional os preços praticados nas compras consolidadas do Estado do Acre.

8. ANÁLISE DE RISCOS

8.1. Riscos por Categoria

Risco 1 — Descontinuidade geral no fornecimento: Prob. Alta | Impacto Crítico. Desassistência em todas as categorias, com risco imediato à saúde da população e judicialização crescente.

Risco 2 — Logística da BR-364: Prob. Alta | Impacto Alto. Rompimentos sazonais (ex.: fev./2025) impactam custo de frete, prazo de entrega e previsibilidade logística para todas as categorias.

Risco 3 — Descumprimento das normas de controle especial: Prob. Média | Impacto Alto. Irregularidade no fornecimento, armazenamento ou escrituração de medicamentos controlados pode ensejar autuação sanitária, interdição da farmácia e suspensão da AFE.

Risco 4 — Incompatibilidade de insumos para diabetes: Prob. Média | Impacto Alto. Fornecimento de fitas reagentes incompatíveis com os glicosímetros instalados nas UBS inviabiliza o monitoramento glicêmico dos usuários cadastrados.

Risco 5 — Ruptura no abastecimento do HiperDia: Prob. Alta | Impacto Crítico. Interrupção de anti-hipertensivos ou hipoglicemiantes pode provocar emergências cardiovasculares e endocrinológicas com impacto hospitalar imediato.

Risco 6 — Suspensão de repasses do Componente Básico: Prob. Média | Impacto Alto. Descumprimento do Termo de Compromisso de Gestão pode acarretar a suspensão dos repasses federais e estaduais para a assistência farmacêutica.

Risco 7 — Estimativa de preços inadequada: Prob. Média | Impacto Médio. Subestimação dos custos, especialmente em categorias especializadas (controle especial, insumos DM), pode resultar em certame deserto.

8.2. Medidas de Mitigação

- a) Reposição imediata, sem ônus, de produtos não conformes, vencidos ou incompatíveis;
- b) Cronograma de entrega pactuado com prazos e sanções proporcionais por descumprimento;
- c) Fiscalização formal por servidor designado via portaria (art. 117 da Lei nº 14.133/2021);
- d) Controle específico dos medicamentos de controle especial com escrituração no SNGPC e balanço mensal;
- e) Verificação prévia da compatibilidade dos insumos para diabetes com os dispositivos em uso nas UBS;
- f) Monitoramento do estoque do HiperDia com pedido de reposição antecipada (ponto de pedido mínimo);
- g) Manutenção do Termo de Compromisso de Gestão atualizado com o Estado do Acre;
- h) Pesquisa de preços com distribuidores especializados em cada segmento, capturando custos reais do fornecimento em Tarauacá/AC.

9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para habilitação no certame, além de documentação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, as empresas deverão apresentar:

9.1. Requisitos Gerais — Todos os Itens

- a) Atestado de Capacidade Técnica de fornecimento de medicamentos a ente público ou privado nos últimos 3 anos;
- b) Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenamento (CBPDA) — RDC nº 497/2021, vigente;
- c) Registro ou Notificação Sanitária dos medicamentos ofertados na ANVISA;
- d) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) válida, expedida pela ANVISA;
- e) Declaração de reposição imediata sem ônus de produtos não conformes ou vencidos;
- f) Declaração de ciência das condições logísticas de Tarauacá/AC (art. 67, VI, Lei nº 14.133/2021);
- g) Declaração de cumprimento da legislação especial aplicável (art. 67, IV, Lei nº 14.133/2021).

9.2. Requisitos Específicos — Controle Especial

- a) Autorização Especial (AE) válida, expedida pela ANVISA, para comércio e distribuição de medicamentos sujeitos a controle especial;
- b) Licença Sanitária estadual e/ou municipal atualizada para a atividade de distribuição de controlados;
- c) Comprovação de credenciamento no Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados (SNGPC) da ANVISA;
- d) Declaração de que os produtos serão fornecidos acompanhados de Nota Fiscal com identificação do número de lote, para fins de escrituração obrigatória.

9.3. Requisitos Específicos — Insumos para Diabetes

- a) Comprovação de que as fitas reagentes ofertadas são compatíveis com os glicosímetros em uso nas UBS do Município de Tarauacá/AC (a ser informado no edital);
- b) Registro de produto médico válido na ANVISA para os insumos de automonitoramento glicêmico;
- c) Certificado de conformidade com as normas ABNT para dispositivos médicos de diagnóstico in vitro, quando aplicável.

9.4. Requisitos Específicos — Componente Básico e HiperDia

- a) Comprovação de que os medicamentos ofertados constam da RENAME e estão em conformidade com os Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) do Ministério da Saúde;

- b) Apresentação de ficha técnica ou bula atualizada dos medicamentos, com evidência de bioequivalência para medicamentos genéricos, quando exigível.

10. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A contratação será realizada de forma parcelada, mediante fornecimento fracionado e sob demanda, em conformidade com o art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021, justificada pelos seguintes fundamentos:

- a) Economicidade — evita imobilização de recursos em estoques excessivos, compatibilizando a aplicação dos valores públicos com a real necessidade assistencial;
- b) Segurança farmacêutica — para medicamentos de controle especial, o fracionamento reduz o risco de desvio, furto e dispensação irregular de grandes estoques;
- c) Compatibilidade com a cadeia fria — insulinas e alguns medicamentos do Componente Básico exigem refrigeração; o fornecimento fracionado reduz o risco de perda por falha na cadeia do frio;
- d) Prevenção de vencimento — especialmente crítico para insumos para diabetes (fitas reagentes têm validade reduzida após abertura) e medicamentos de uso sazonal;
- e) Flexibilidade operacional — permite ajustar os pedidos às variações epidemiológicas sem novos processos licitatórios.

11. RESULTADOS PRETENDIDOS

- a) Abastecimento regular, contínuo e gratuito da Farmácia Básica Municipal em todas as categorias contempladas — uso comum, controle especial, Componente Básico, insumos para diabetes e HiperDia;
- b) Redução de faltas e desabastecimentos em todas as linhas de medicamentos, com manutenção de estoque de segurança adequado;
- c) Melhoria nos índices de adesão terapêutica e controle clínico dos pacientes hipertensos e diabéticos cadastrados no programa HiperDia;
- d) Redução de complicações graves do diabetes (amputações, insuficiência renal, retinopatia) e da hipertensão (AVE, IAM) com impacto positivo nos indicadores de saúde e na redução de internações evitáveis;
- e) Dispensação segura e regular de medicamentos de controle especial, com redução de surtos psiquiátricos, internações em CAPS e situações de crise evitáveis;
- f) Otimização dos recursos públicos e racionalização dos estoques municipais;
- g) Cumprimento do Termo de Compromisso de Gestão e manutenção dos repasses do Componente Básico;
- h) Redução da judicialização da saúde e garantia de equidade no acesso a medicamentos essenciais.

12. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

- a) Designação formal dos fiscais do contrato por portaria específica, com definição de atribuições (art. 117 da Lei nº 14.133/2021);
- b) Capacitação dos fiscais para recebimento de medicamentos comuns, controlados e insumos para diabetes, com controle de qualidade e registro de ocorrências;
- c) Verificação e adequação das condições do almoxarifado: temperatura, umidade, cadeia do frio para insulinas e medicamentos termolábeis, e cofre ou armário com chave para medicamentos de controle especial;
- d) Atualização do sistema de controle de estoques, com cadastro separado por categoria (uso comum, controlados, Componente Básico, insumos DM, HiperDia);
- e) Verificação da regularidade do credenciamento da Farmácia Básica no SNGPC para escrituração dos medicamentos de controle especial;
- f) Confirmação do modelo/marca dos glicosímetros em uso nas UBS para inclusão no edital como parâmetro de compatibilidade das fitas reagentes.

13. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E INTERDEPENDENTES

A presente contratação não apresenta interdependências críticas com outros contratos vigentes, podendo ser executada de forma autônoma. Contudo, deverá ser monitorada em articulação com as seguintes ações e instrumentos:

- Termo de Compromisso de Gestão com o Estado do Acre para o Componente Básico da Assistência Farmacêutica;
- Programa HiperDia e cadastro municipal de hipertensos e diabéticos;
- Programa de Fornecimento de Insumos para Diabetes (Portaria GM/MS nº 2.583/2007);
- Credenciamento e regularidade da Farmácia Básica no SNGPC para medicamentos de controle especial.

14. IMPACTOS AMBIENTAIS E MEDIDAS MITIGADORAS

A contratação observará a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), a RDC ANVISA nº 222/2018 (resíduos de serviços de saúde) e as normas ambientais aplicáveis ao descarte de medicamentos, seringas, lancetas e fitas reagentes. Serão exigidas dos fornecedores:

- a) Acondicionamento com materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental, sem comprometer a integridade dos produtos;
- b) Transporte em conformidade com normas ambientais, especialmente em rotas pela floresta amazônica;
- c) Licenças ambientais válidas quando a atividade envolver tratamento de resíduos farmacêuticos;

- d) Destinação final adequada de medicamentos vencidos, seringas, lancetas e fitas reagentes, conforme RDC nº 222/2018;
- e) Participação em programas de logística reversa de embalagens e resíduos farmacêuticos, quando aplicável.

A Administração poderá priorizar fornecedores com certificação ISO 14001 ou equivalente, em conformidade com o art. 5º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

O Município de Tarauacá/AC não dispõe, até o presente momento, de PCA publicado no PNCP, em razão de a gestão anterior não ter deixado o documento estruturado. A atual gestão está em processo de elaboração do PCA, com previsão de inclusão desta contratação, em conformidade com o art. 11 da Lei Federal nº 14.133/2021. A ausência temporária do PCA não obsta a realização do presente procedimento, devidamente fundamentado no DFD e neste ETP.

16. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

A presente contratação é estratégica, indispensável e urgente à continuidade da Assistência Farmacêutica Municipal de Tarauacá/AC em todas as suas dimensões: medicamentos de uso comum, medicamentos de controle especial, Assistência Farmacêutica Básica, insumos para diabetes (Componente Básico) e medicamentos para Hipertensão e Diabetes (Programa HiperDia). O abastecimento regular dessas categorias é determinante para a integralidade do cuidado, a adesão terapêutica, a prevenção de complicações graves e a redução da morbimortalidade da população.

A medida está plenamente alinhada aos princípios da legalidade, economicidade, eficiência e equidade na gestão pública da saúde, promovendo o acesso universal, seguro e gratuito aos medicamentos essenciais e assegurando o cumprimento das diretrizes constitucionais e infralegais do SUS.

Recomenda-se a realização do processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, na forma aberta, com julgamento por item e adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 11.462/2023.

TECNICAMENTE VIÁVEL | JURIDICAMENTE FUNDAMENTADA
ECONOMICAMENTE JUSTIFICÁVEL | OPERACIONALMENTE EXEQUÍVEL

O presente ETP foi elaborado em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021, constituindo documento essencial ao planejamento e à instrução do processo administrativo licitatório.

Tarauacá/AC, 13 de março de 2026.

Elaborado por:

Aprovado por:

Rayane Oliveira de Oliveira

CRF/AC 579

Diretora da Farmácia

Decreto nº 170/2025

Francisco Romário de Oliveira Costa

Secretário Municipal de Saúde

Decreto nº 086/2025

MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

N.º

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº/202..., publicada no de/...../202....., processo administrativo n.º 1185/2025, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob o regime de registro de preços, de medicamentos de uso comum e medicamentos de controle especial, destinados à manutenção do estoque da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tarauacá/AC, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, anexo *do edital de Pregão Eletrônico SRP nº 90011/2026*, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantida de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. *Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:*

3.1.1. *apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;*

3.1.2. *demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e*

3.1.3. *consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.*

3.2. *A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.*

3.2.1. *O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.*

3.3. *Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.*

3.4. *O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.*

3.5. *O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.*

Dos limites para as adesões

3.6. *As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.*

3.7. *O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.*

3.8. *Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.*

3.9. *A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.*

Vedação a acréscimo de quantitativos

3.10. *É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.*

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital*; e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 8.

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da [alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 8.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

7.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

7.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

7.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

7.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

7.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

7.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

7.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

7.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 7.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

8.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.4.1. Por razão de interesse público;

8.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

9. DAS PENALIDADES

9.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital*.

9.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

9.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

10.2. *No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Local e data

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade de Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ

(Processo Administrativo nº /2026)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/2026**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
..... E
.....

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TARAUACÁ, com sede no(a) Av. Cel. Juvêncio de Menezes, nº 395 CEP 69970-000, Centro, na cidade de Tarauacá, AC, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 34.693.564/0001-79, neste ato representado(a) pelo(a) Médico Rodrigo Damasceno Catão, empossado em 01 de janeiro de 2025, publicada no Diário Oficial de Estado edição nº 13.939 de 08 de janeiro de 2025, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) [Pregão Eletrônico] OU [Concorrência] nº XX/XXXX, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob o regime de registro de preços, de medicamentos de uso comum e medicamentos de controle especial, destinados à manutenção do estoque da Farmácia Básica da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Tarauacá/AC, especificado(s) no(s) item(ns) do Termo de Referência, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
3						
...						

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4.

- 1.4.1. O Termo de Referência;
- 1.4.2. O Edital da Licitação;
- 1.4.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.4.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de **[indicar o prazo]** contados do(a) **[indicar o termo inicial da vigência]**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. O prazo de vigência será prorrogado, por meio de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do CONTRATADO, previstas neste instrumento.

2.2. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**, perfazendo o valor total de R\$ **xxxxxx (xxxxxxxx)**.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços contratados são fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da legislação vigente.

7.2. Após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, os valores poderão ser reajustados, mediante solicitação da contratada, utilizando-se como índice de correção o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice que venha a substituí-lo.

7.3. O reajuste será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \times \left(\frac{I_1}{I_0} - 1 \right)$$

Onde:

R = valor do reajuste;

V = valor contratual vigente;

I₁ = índice IPCA referente ao mês do reajuste;

I₀ = índice IPCA referente ao mês base (data do orçamento estimado).

7.4. O reajuste será aplicado mediante apostilamento, nos termos do art. 136 da Lei nº 14.133/2021, dispensada a celebração de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de **XXXXXXX**, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de **XXXXXX**;

8.1.10. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
 - 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- 9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.9. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. *Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;*
- 9.16. *Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;*
- 9.17. *Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;*
- 9.18. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;*
- 9.19. *Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;*
- 9.20. *Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;*
- 9.21. *Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;*
- 9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;*
- 9.23. *Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;*
- 9.24. *Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;*
- 9.25. *Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;*
- 9.26. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.27. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.28. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:*

12.2.1.1. *ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e*

12.2.1.2. *poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.*

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.7.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.7.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.7.3. Das indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.9. O CONTRATANTE poderá ainda:

12.9.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

12.9.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

12.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

13.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Tarauacá para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Tarauacá-AC, XX de março de 2026.

Representante legal do CONTRATANTE



Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-